



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º 6.414, DE 2013

(Do Sr. Mendonça Filho)

Acrescenta dispositivo à Lei nº 8.038, de 28 de maio de 1990, que disciplina os processos penais perante o Superior Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal.

DESPACHO:

APENSE-SE À(AO) PL-6401/2013.

APRECIÇÃO:

Proposição sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

PUBLICAÇÃO INICIAL

Art. 137, caput - RICD

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 8.038, de 28 de maio de 1990, passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art.12.....

III – Dá decisão, não caberá embargos infringentes”.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de projeto que pretende tornar extirpe de dúvidas o não cabimento de embargos infringentes contra decisões proferidas pelo Superior Tribunal de Justiça e pelo Supremo Tribunal Federal em ação penal originária, acabando com impasses como o recentemente assistido no âmbito do Supremo Tribunal Federal a respeito do cabimento ou não de embargos infringentes na ação penal 470.

Aprovada em 1990, a Lei 8.038 regula os processos penais nos Tribunais Superiores e não prevê expressamente a aplicação de tal expediente processual. **Parece razoável e adequado, hermeneuticamente, concluir que com seu advento, ficou tacitamente revogado o art. 333 do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, que trata de embargos infringentes nos casos de decisão não unânime em ação penal originária.**

Contudo, a decisão proferida pela Suprema Corte foi pelo acolhimento dos embargos sob o argumento de que o art. 333 de seu Regimento Interno não sofreu, no ponto, derrogação tácita ou indireta pela Lei 8.038, de 1990.

Como bem apontou o Ministro Gilmar Mendes “não parece coerente um sistema que permita os alegados embargos infringentes nas ações penais originárias apenas no âmbito do STF e não nos demais tribunais, como o [STJ](#). Sistematicamente não há justificativa para o cabimento deste retrógrado recurso que retira eficácia e força decisória das decisões da Suprema Corte com fundamento na

existência de divergência quanto à condenação. Reitere-se que a jurisprudência da Corte sempre tem aplicado interpretação restritiva ao cabimento de recursos, em especial aos embargos infringentes, como demonstram as Súmulas 597, 455, 368, 294, 293 e 211, entre outras decisões”.

Ademais, como também lembrou o Ministro Gilmar Mendes, “a cada nova reforma processual, desde então [1902], ressalta e reforça o caráter excepcional dos embargos infringentes, tornando-os cada vez mais restritos, dado o seu nítido caráter anacrônico e sua flagrante incompatibilidade com a razoável duração do processo”.

A exemplo pode ser citado o próprio projeto que institui o novo Código de Processo Civil, nº 6.025-A, de 2005, pronto para ser apreciado pelo Plenário desta Casa, que revoga institutos antigos, entre eles os embargos infringentes.

Nesse sentido o projeto visa excluir de vez a possibilidade do cabimento desse recurso arcaico, anacrônico, no julgamento de ações penais originária perante Superior Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal.

Sala das Sessões, em 24 de setembro de 2013.

MENDONÇA FILHO
Deputado Federal

<p>LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI</p>

LEI Nº 8.038, DE 28 DE MAIO DE 1990

Institui normas procedimentais para processos que especifica, perante o Superior Tribunal de Justiça e o Supremo Tribunal Federal.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

**TÍTULO I
PROCESSOS DE COMPETÊNCIA ORIGINÁRIA**

**CAPÍTULO I
AÇÃO PENAL ORIGINÁRIA**

.....

Art. 12. Finda a instrução, o Tribunal procederá ao julgamento, na forma determinada pelo regimento interno, observando-se o seguinte:

I - a acusação e a defesa terão, sucessivamente, nessa ordem, prazo de 1 (uma) hora para sustentação oral, assegurado ao assistente 1/4 (um quarto) do tempo da acusação;

II - encerrados os debates, o Tribunal passará a proferir o julgamento, podendo o Presidente limitar a presença no recinto às partes e seus advogados, ou somente a estes, se o interesse público exigir.

CAPÍTULO II RECLAMAÇÃO

Art. 13. Para preservar a competência do Tribunal ou garantir a autoridade das suas decisões, caberá reclamação da parte interessada ou do Ministério Público.

.....

.....

REGIMENTO INTERNO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

.....

PARTE II DO PROCESSO

.....

TÍTULO XI DOS RECURSOS

.....

CAPÍTULO VI DOS EMBARGOS

Seção I Dos Embargos de Divergência e dos Embargos Infringentes

.....

Art. 333 - Cabem embargos infringentes à decisão não unânime do Plenário ou da Turma:

- I - que julgar procedente a ação penal;
- II - que julgar improcedente a revisão criminal;
- III - que julgar a ação rescisória;
- IV - que julgar a representação de inconstitucionalidade;
- V - que, em recurso criminal ordinário, for desfavorável ao acusado.

Parágrafo único. O cabimento dos embargos, em decisão do Plenário, depende da existência, no mínimo, de quatro votos divergentes, salvo nos casos de julgamento criminal em sessão secreta. (Alterado pela ER-000.002-1985)

Art. 334 - Os embargos de divergência e os embargos infringentes serão opostos no prazo de quinze dias, perante a Secretaria, e juntos aos autos, independentemente de despacho.

.....
.....

FIM DO DOCUMENTO
